



ACÓRDÃO Nº585/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1541/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Fabricio Silva Lima (Ordenador de Despesa), Elvys Damasceno Nascimento (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Maria das Gracas da Silva - OAB/AM 13.242 e Marco Antonio Nobre Salum - OAB/AM 8.416.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2964/2019-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer de Manaus - SEMJEL, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Fabricio Silva Lima** (Secretário da SEMJEL, no período de 01.01.2014 a 03.04.2014) e do **Sr. Elvys Damasceno Nascimento** (Secretário da SEMJEL, no período de 04.04.2014 a 31.12.2014), com fulcro no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n. 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Fabricio Silva Lima**, Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL, no período de 01.01.2014 a 03.04.2014, no valor de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 54, II e III da Lei nº 2.423/96 c/c 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes registradas nos itens 1 e 4, do Relatório/Voto. **Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável proceda com o



ACÓRDÃO Nº585/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

recolhimento da multa a ele imputada ao cofre estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo o responsável dentro do prazo conferido, encaminhamento o comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Elvys Damasceno Nascimento**, Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL, no período de 04.04.2014 a 31.12.2014, no valor de **R\$ 16.000,00** (dezesesseis mil reais), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 54, II e III da Lei nº 2.423/96 c/c 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes registradas nos itens 5, 10, 12, 13, 14 e 15, do Relatório/Voto. **Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada ao cofre estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo o responsável dentro do prazo conferido, encaminhamento o comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Fabricio Silva Lima**, Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL, no período de 01.01.2014 a 03.04.2014, no valor total de **R\$ 3.360,20** (três mil, trezentos e sessenta reais e vinte centavos), com fulcro no art. 304, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos moldes escritos abaixo:

10.4.1. no valor de **R\$ 405,64** (quatrocentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos), em razão de pagamento de juros e multas nas guias de previdência social – GPS, gasto realizado em desfavor do Erário Público, conforme análise do item 2 do voto;

10.4.2. no valor de **R\$ 2.954,56** (dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), em razão de pagamento de



ACÓRDÃO Nº585/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

juros e multas nas guias de previdência social – GPS, gasto realizado em desfavor do Erário Público, conforme análise do item 3 do voto;

10.4.3. Fixar prazo de 30 (trinta) dias para a comprovação, perante esta Corte de Contas, do recolhimento do valor mencionado acima, acrescido de atualização monetária e juros devidos à esfera Municipal para o órgão Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL;

10.5. Considerar em Alcance o Sr. Elvys Damasceno Nascimento, Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL, no período de 04.04.2014 a 31.12.2014, no valor total de **R\$ 3.957,94** (três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e noventa e quatro centavos), com fulcro no art. 304, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos moldes escritos abaixo:

10.5.1. no valor de **R\$ 581,92** (quinhentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos), em razão de pagamento de juros e multas nas guias de previdência social – GPS, gasto realizado em desfavor do Erário Público, conforme análise do item 8 do voto;

10.5.2. no valor de **R\$ 3.376,02** (três mil, setecentos e setenta e dois reais e dois centavos), em razão de pagamento de juros e multas nas guias de previdência social – GPS, gasto realizado em desfavor do Erário Público, conforme análise do item 9 do voto;

10.5.3. Fixar prazo de 30 (trinta) dias para a comprovação, perante esta Corte de Contas, do recolhimento do valor mencionado acima, acrescido de atualização monetária e juros devidos à esfera Municipal para o órgão Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL;

10.6. Recomendar à atual administração da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL, para que em ajustes futuros adote as seguintes providências:

10.6.1. Aplicar medidas visando o fortalecimento da sua Unidade de Controle Interno Setorial;

10.6.2. Observe com rigor as normas que regem a concessão de adiantamentos;

10.6.3. Adote as devidas providências no sentido do fiel cumprimento das normas relacionadas às obrigações legais previdenciárias instituídas, em especial com relação à observância dos prazos para recolhimentos dos valores previdenciários devidos ao INSS;

10.6.4. Realizar medidas corretivas quanto ao controle dos



ACÓRDÃO Nº585/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

pagamentos de restos a pagar processado e cancelamentos de despesas não processadas que já tenha ultrapassado mais de um exercício sem que haja a liquidação da despesa;

10.6.5. Observe com rigor a Lei que rege a elaboração do projeto básico;

10.6.6. Observe com rigor a Lei que regula os contratos de locação.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em substituição

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral